

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Meus cumprimentos, deputado Reis. Agora tem a palavra o deputado Carlos Giannazi, pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Presidente, deputado Eduardo Suplicy, entre ontem e hoje, nós tivemos alguns acontecimentos que têm a ver, talvez, com uma ofensiva da extrema direita aqui no Brasil.

Essa extrema direita profascista, Sr. Presidente, que tenta, na verdade, encobrir a crise no bolsionarismo; a possibilidade de prisão do próprio ex-presidente, que já está inelegível, o Bolsonaro; as fortes denúncias contra os membros do ex-governo Bolsonaro, que organizaram, financiaram a tentativa de golpe no Brasil, a tentativa de abolir o Estado Democrático de Direito, sobretudo no dia oito de janeiro.

Então, eles estão agora fazendo uma ofensiva. E ontem, na Câmara dos Deputados, nós tivemos as eleições dos presidentes das comissões. E nós ficamos chocados, o Brasil inteiro ficou e está chocado, por exemplo, Sr. Presidente, com a eleição do deputado federal de Minas Gerais, do PL, da extrema direita, Nikolas Ferreira.

Ele foi eleito presidente da Comissão de Educação, uma das principais comissões da Câmara dos Deputados, que trata da questão, sobretudo, da defesa da escola pública brasileira.

Eu queria mostrar a foto. É esse deputado que está na tribuna, Sr. Presidente; uma foto dele na tribuna da Câmara dos Deputados, onde ele protagoniza uma cena de transfobia. Inclusive, foi denunciado por isso.

Ele que é terraplanista, antivacina, antieducação, anticultura; que defende pautas, Sr. Presidente, como censura e mordaçã para os professores nas escolas do Brasil, defende ensino domiciliar.

Todas essas pautas retrógradas e anacrônicas são defendidas por ele e pela corrente política da qual ele participa, da qual ele faz parte. Ele responde a processo por transfobia e é acusado, na verdade, de divulgar fake news o tempo todo.

Então, é esse deputado que vai ser o presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. O inimigo da educação vai ser o presidente da Comissão de Educação lá em Brasília.

Isso é um absurdo, é um retrocesso jamais visto nessa Comissão de Educação, Sr. Presidente. É grave isso. Mas logicamente nós estaremos preparados para fazer esse enfrentamento.

E também, na Comissão de Justiça, foi eleita uma deputada da mesma falange política da extrema direita, uma armamentista, que é a deputada lá de Santa Catarina Carol de Toni. Tem uma foto dela aqui, é essa aqui, olha, deputado Suplicy.

Essa deputada que está aqui na foto, Carol de Toni, bolsorarista, da extrema direita, armamentista, vai ser a presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Era o Rui Falcão, do PT, e ela assumiu agora.

Então, é uma ofensiva da extrema direita para tentar controlar a pauta do Congresso Nacional. A gente já tem que enfrentar o centrão, e agora a extrema direita liderando algumas das principais comissões da Câmara dos Deputados.

Mas esse fato que eu citei, Sr. Presidente, tem a ver também com outro da extrema direita, que eu tenho certeza de que é algo orquestrado, na verdade, que é essa proibição agora, essa perseguição a um livro, “O Averso da Pele”, do escritor Jeferson Tenório. Inclusive, esse livro ganhou o prêmio Jabuti de literatura. Esse livro, por exemplo, cai no concurso do ITA.

Olha só, um livro importante, de Literatura. Esse livro foi adotado pelo Programa Nacional do Livro Didático, na gestão do Bolsonaro. É um livro importante. A própria gestão do Bolsonaro, foi na gestão dele que esse livro foi escolhido, e foi distribuído para as escolas do Brasil. Porém, no interior do Rio Grande do Sul, numa cidade, uma diretora divulgou que ela retiraria esse livro, porque achava um livro indecente.

Na verdade, é um livro que trata de uma questão muito séria, que é sobre o racismo estrutural. Ele tem a ver com a LDB, a Lei de Diretrizes da Educação Nacional. Ela diz exatamente que as escolas têm que combater o racismo, têm que divulgar e têm que trabalhar, com os alunos, a cultura afro-brasileira, resgatar a história de resistência dos negros no Brasil, dos quilombos, de Zumbi. Está tudo na lei. Então esse livro tem tudo a ver com o que está na lei.

No entanto, a partir da posição dessa diretora, o estado do Paraná, outro estado, resolveu retirar o livro de todas as escolas da rede estadual. O Ratinho Júnior que é o governador do estado. Então é censura a um livro de Literatura. Repito: é um livro que ganhou o Prêmio Jabuti.

É um livro que, na sua essência, combate o racismo estrutural, e fala da vida difícil nas periferias do nosso País. Então me lembra muito, isso me faz lembrar muito o governo nazista. Os nazistas perseguiam escritores, intelectuais, e queimavam livros. Retiravam livros das bibliotecas e queimavam livros.

Por fim, para concluir essa minha fala, eu sinto ainda o que aconteceu hoje, no Palácio dos Bandeirantes, acho que foi lá. O governador Tarcísio anunciou e apresentou o projeto de lei, que ele está encaminhando hoje, para a Assembleia Legislativa, implantando a famigerada escola cívico-militar no estado de São Paulo. Ele já tinha anunciado algumas vezes.

Mas ele fez um evento, um ato com deputados da extrema direita bolsorarista da Assembleia Legislativa, para apresentar o projeto. Acho que o projeto deve estar chegando aqui na Assembleia Legislativa. Não sei se ele já foi protocolado, mas, segundo a imprensa, ele será protocolado ainda hoje.

Uma das justificativas para a apresentação desse projeto, da escola cívico-militar, que nós já criticamos exaustivamente, mostrando todas as contradições desse projeto, dessa proposta. Ela criminaliza os alunos pobres, acaba com diversidade. É um modelo de escola que doutrina os alunos. O próprio Tarcísio de Freitas, em um evento, no ano passado, em Brasília, sobre esse tema, junto com o Bolsonaro, disse que ele iria implantar em São Paulo.

Ele elogiou a escola cívico-militar, dizendo: “tomara que ela forme outros Bolsonaros para o Brasil”. Olha só! Então o próprio Tarcísio de Freitas, governando São Paulo, admitiu que a escola cívico-militar é doutrinadora.

E doutrina para a extrema direita, para o que há de pior no espectro político brasileiro. Então ele anunciou, Sr. Presidente. Mas a principal justificativa é de que esse modelo de escola combate a violência nas escolas. Olha só, Sr. Presidente!

No entanto, nós aprovamos o projeto de lei, que eu apresentei, e foi aprovado, agora na semana passada, o meu projeto, que exatamente ajuda a combater a violência nas escolas.

Então eu espero, se o governador está tão preocupado com o combate à violência nas escolas, contra as escolas, contra os alunos e contra os profissionais da Educação, que ele sancione o meu projeto, que foi aprovado aqui por todos os deputados. Não teve aqui nenhum voto contrário ao meu projeto, foi unânime.

Então eu espero que, no prazo regimental, que o governador do estado de São Paulo sancione o projeto que eu apresentei, que tem a ver com esse tema, de combate à violência, sobretudo dos profissionais da Educação.

Então é isso, Sr. Presidente.

Não sei se já está encerrando, mas eu só queria fazer uma comunicação.

Uma comunicação não, usar o Art. 82.

Mas acho que vai encerrar primeiro, daí eu peço.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Então, encerrado o Pequeno Expediente.

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

Agora, então, tem V. Exa. a palavra para uma comunicação pela liderança do PSOL.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Muito obrigado, Sr. Presidente. Na verdade, é pelo Art. 82, não é?

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Pelo Art. 82. O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - É, eu fiz confusão aqui entre o comunicado e o Art. 82, mas é pelo Art. 82.

Sr. Presidente, eu estava aqui no meu primeiro ou segundo pronunciamento falando sobre a questão da nossa luta contra o confisco das aposentadorias e pensões. São muitas lutas.

Aqui nós derrotamos o confisco, na Assembleia Legislativa, em 2022. Agora nossa luta é para que haja a devolução do que foi roubado, assaltado e confiscado dos servidores do estado de São Paulo.

Aqui na Prefeitura de São Paulo estamos na luta para derrubar o Sampaprev, derrubar o confisco das aposentadorias e pensões. O prefeito Ricardo Nunes está confiscando 14% das aposentadorias e prejudicando 100 mil servidores de várias áreas da Educação, da Saúde, da Segurança, que se aposentaram e estão tendo as suas aposentadorias e suas pensões descontadas em 14 por cento.

Estamos também acompanhando e já fizemos reuniões com vários ministros no Supremo Tribunal Federal. Quando falo “nós” é o nosso coletivo. Temos o coletivo “Educação em Primeiro Lugar”, que é formado pelo mandato do vereador Celso Giannazi, na Câmara Municipal, pela deputada federal Luciene Cavalcante, em Brasília, e pelo nosso mandato aqui na Assembleia Legislativa.

Então, estamos acompanhando no Supremo a tramitação da Adin que está em julgamento, que acaba também com o confisco das aposentadorias e pensões, inclusive com parecer favorável do Ministério Público Federal sobre esse tema. Estamos acompanhando. Acho que já temos três votos a favor; então, está caminhando bem esse debate.

Estamos também acompanhando, Sr. Presidente, a PEC que a deputada federal Luciene Cavalcante está apresentando na Câmara dos Deputados para acabar com o confisco e também a PEC que foi protocolada ontem, também da qual a deputada federal Luciene Cavalcante é autora, a PEC 6, que eu apresentada ontem, também cujo principal objetivo é acabar com o confisco das aposentadorias e pensões.

Então, essa tem sido a nossa luta, Sr. Presidente, contra essa possibilidade de confiscos, porque muitos estados estão derrubando o confisco: Sergipe já derrubou, Alagoas já derrubou. No final do ano passado, como eu disse há pouco, Santa Catarina derrubou o confisco.

Agora recentemente o governador do Mato Grosso do Sul anunciou que vai encaminhar um projeto de lei para a Assembleia Legislativa daquele estado para revogar também o confisco. Então, há um movimento no Brasil todo para revogar.

E a nossa luta aqui em São Paulo: nós temos prefeituras confiscando, não só São Paulo, mas algumas outras estão confiscando também, como São José dos Campos, Jundiái. São cidades que estão confiscando as aposentadorias. E São Paulo, que é a maior de todas.

Estamos então na luta contra o Sampaprev em São Paulo. Temos o PDL do vereador Celso Giannazi, o PDL 92, que exatamente revoga o confisco dos municipais aqui de São Paulo. Amanhã faremos um grande ato com milhares e milhares de servidores e servidoras da prefeitura para pôr fim ao confisco das aposentadorias e pensões.

Em São Paulo, Sr. Presidente, repito, para concluir, que a nossa principal luta aqui no estado de São Paulo é pela devolução do que foi retirado dos nossos aposentados e pensionistas. Não vamos desistir enquanto não houver essa devolução.

Logicamente que, se houver a decisão do Supremo Tribunal Federal julgando favoravelmente ao fim do confisco, a Adin que tramita lá, e também essas PECs - a PEC da deputada Luciene Cavalcante, em que ela está trabalhando ainda na Câmara dos Deputados, e a PEC 6, de 2024 -, aí com certeza isso obriga, na nossa opinião, os estados que confiscaram, como o estado de São Paulo, a devolverem imediatamente todos os valores confiscados.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Era isso, Sr. Presidente. Havendo acordo entre as lideranças, eu solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Queria lembrar que amanhã, oito de março, é Dia das Mulheres, e há hoje uma preocupação muito grande com respeito à violência contra as mulheres.

Eu queria aqui ressaltar que, em janeiro de 2019, quando eu fiz uma visita ao Quênia, às vilas rurais pobres do Quênia, ali pude constatar uma experiência notável da renda básica de cidadania, que, segundo pesquisa realizada pela Universidade de Princeton, conseguiu contribuir para diminuir em 51% a violência doméstica contra as mulheres e em 66% a violência sexual contra as mulheres.

E isso em decorrência de as mulheres ali, como os homens de 18 anos ou mais, todos terem direito a receber a renda básica de cidadania, lá modesta, de 22 dólares por mês, mas que teve tal resultado tão positivo.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e seis minutos.

8 DE MARÇO DE 2024 22ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI e REIS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão às 14 horas. Comenta o Dia Internacional da Mulher, comemorado hoje.

2 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - REIS

Assume a Presidência.

4 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - LUCAS BOVE

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - EDUARDO SUPLICY

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

9 - PRESIDENTE REIS

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 11/03, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão às 14h38min.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente. E, antes de entrar aqui na lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, eu queria fazer a nossa homenagem a todas as mulheres.

Hoje é o Dia Internacional da Mulher, na verdade dia de luta e resistência, porque, infelizmente, no Brasil, a cada seis horas uma mulher é morta, vítima do feminicídio. O Brasil é um país machista que discrimina, persegue e violenta as mulheres em todos os níveis, do ponto de vista físico, do ponto de vista sexual, do ponto de vista emocional, psicológico, no mundo do trabalho, na Educação...

Então nós temos que avançar com políticas, produzindo e elaborando políticas públicas de combate a essa violência e defendendo uma maior inserção das mulheres em todas as áreas, sobretudo nos cargos de comando da sociedade. Então nós somos aliados dessa causa das mulheres. Hoje é o dia oito de março, é um dia de luta e resistência das mulheres.

Dando início à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Com a palavra o deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Com a palavra o deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Com a palavra a deputada Leci Brandão. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Reis, que fará o uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - PT - Presidente, V. Exa. começou a abertura já fazendo uma homenagem a todas as mulheres. Eu escrevi o meu discurso e vou continuar o trabalho a que V. Exa. deu início, sobre o Dia Internacional das Mulheres.

Ano após ano, nós subimos à tribuna do Parlamento para falar sobre a condição das mulheres no Dia Internacional da Mulher.

E, ano após ano, nós vemos nos jornais reportagens sobre pesquisas que indicam aquilo que todos já sabem: as mulheres estudam mais, trabalham mais, mas continuam recebendo salários menores do que os dos homens. Segundo o “UOL”, que analisou dados do IBGE, em 2022, as mulheres trabalharam, em média, 2,3 horas a mais que os homens por semana, mas ganharam 78,9% do rendimento deles.

Sem contar a jornada dupla, que as mulheres trabalham aqui, trabalham nas empresas, trabalham em casas e, quando chegam nas suas residências, elas continuam trabalhando.

Então elas trabalham - elas sempre têm a dupla jornada. Em 2022, elas trabalharam 54,4 horas por semana, e os homens, 52,1 horas. Então os homens estão trabalhando menos que as mulheres, presidente Carlos Giannazi.

A maior carga de trabalho é registrada no Sudeste, com 55,3 horas semanais. A matéria diz que em seis anos a diferença caiu apenas 36 minutos. Em 2016, elas trabalhavam as mesmas 54,4 horas semanais, e os homens trabalhavam 2,9 horas a menos, ou seja, 51,5 por semana.

Cabe também às mulheres o peso do trabalho do cuidado. Mulheres dedicam o dobro do tempo a cuidados com pessoas ou afazeres em casa. São 9,6 horas semanais a mais com essas atividades. Elas gastaram 21,3 horas por semana e eles 11,7 horas.

Para as mulheres pretas ou pardas, as diferenças são ainda maiores. As pretas e pardas gastam 22 horas em cuidados. As brancas, 20,4 horas. Entre homens pretos, pardos e brancos, não há diferença em relação aos cuidados.

Os cuidados com a casa e com parentes afetam também a participação das mulheres no mercado de trabalho. Em 2022, a força de trabalho feminina era de 53,3%, enquanto a masculina era de 73,2 por cento. A diferença era de 19,9%.

Em relação à escolaridade, elas são a maioria entre os estudantes do ensino superior, 60,3%, mas minoria nos cursos tecnológicos, 22 por cento. Mesmo sendo maioria entre os trabalhadores com ensino superior, elas ocupam menos cargos de liderança e recebem salários menores. Em 2022, elas ocupavam 39,3% dos cargos gerenciais. Em 2016, eram 39,1 por cento.

Então, por esses números, vemos que, apesar de toda a luta, a situação vai mudando mais lentamente. Mais lentamente do que nós, que lutamos por igualdade, gostaríamos que fosse. De qualquer maneira, toda luta vale a pena.

E eu, particularmente, quero parabenizar a todas que me assistem, que estão nos acompanhando pela Rede AleSp na data de hoje, e quero parabenizar aquelas que participam dos coletivos que apoiam o nosso mandato. Lembro-me de cada uma de suas lutas nos bairros, para que a vida melhore para todos nós.

Quero dizer a todas que sinto um misto de orgulho, de solidariedade, de admiração pela coragem com que enfrentam as situações difíceis, que vemos em todos os lugares.

Pela disposição de cuidar de filhos, de pais, da família, de si mesma, e ainda conseguir estar nas lutas populares, contribuindo para as mudanças que todo o nosso povo precisa. É isso que eu vejo e acompanho, muito de perto, entre as mulheres desses coletivos.

Então, meus parabéns.

Dizem que o oito de março não é um dia de comemorações, mas um dia de luta e conscientização de homens e mulheres. Mas acho que temos de comemorar os avanços conseguidos em todas as áreas, principalmente na aplicação das políticas públicas, que priorizam as mulheres solo, com filhos e em situação de vulnerabilidade.

São políticas que elas conquistaram, à custa de suor, de muitas idas e vindas nas sedes do Parlamento e das repartições públicas, com muita manifestação e atos públicos. Portanto, elas merecem todo o apoio, todos os cumprimentos e todo o carinho de nossa parte.

E, por fim, quero falar da questão da violência contra a mulher, que aumentou depois da liberação de armas, indiscriminadamente, em nosso País. Isso é uma vergonha. Dar armas àqueles que têm, em si, um comportamento machista, violento, misógino.

O resultado foi o avanço dos feminicídios, como noticiaram os jornais há poucos dias. Então, é preciso conter esse avanço e colocar fim a essa barbáridade, ou seja, esse comportamento bárbaro contra as mulheres. É preciso lutarmos fortemente contra a violência praticada com as mulheres.

Então, hoje, fiz questão de vir a esta tribuna para dar os parabéns a todas as mulheres do nosso País, do nosso es nesse processo tado e da nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Muito obrigado, deputado Reis. Com a palavra, o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Donato. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Teonílio Barba. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Gil Diniz. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Felipe Franco. (Pausa.) Com a palavra, o Dr. Eduardo Nóbrega. (Pausa.)

Chamo V.Exa., deputado Reis, para continuar presidindo a sessão.

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Assumindo a Presidência e dando continuidade à lista de oradores no Pequeno Expediente, chamo o deputado Carlos Giannazi, para fazer uso do tempo regimental de cinco minutos, na tribuna desta Assembleia Legislativa.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Reis, deputado Suplicy, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia, ontem à noite o governador Tarcísio de Freitas protocolou o projeto de lei aqui na Assembleia Legislativa criando a famigerada escola cívico-militar. Já tem número, é o Projeto de lei Complementar nº 9, de 2024.

Nós já temos a famigerada PEC 9/23, que reduz o Orçamento da Educação, que ataca criminosamente o Orçamento da educação pública. Agora ele enviou o Projeto de lei Complementar nº 9, criando a farsa da escola cívico-militar. Primeiro, que começou muito mal.

Ele deu uma declaração, Sr. Presidente, ontem, dizendo que vai pagar mais para os monitores militares do que para os professores da rede estadual. Isso é uma afronta ao Magistério, é um desrespeito aos profissionais da Educação do estado de São Paulo, que estão com os salários defasados, arrojados. Esse governo não paga nem o Piso Nacional do Magistério corretamente.

Esse governo, que desempregou milhares de professores agora no final do ano. Um governo que dá calote no pagamento. Não está pagando nem os professores que estão trabalhando, porque estão com o contrato ativo. Um governo que está dando calote, não paga o ALE, o Adicional de Local de Exercício.

Olhe o que ele disse, matéria aqui da “Folha de S. Paulo”: “Tarcísio propõe pagar mais para PM do que para professores das escolas cívico-militares”. Um absurdo! Isso é uma afronta que nós não vamos aceitar, Sr. Presidente. Eu li o projeto, é um projeto horrível, como já era de se esperar.

Altamente autoritário, excludente, porque esse projeto, por exemplo, diz aqui no seu Art. 9º: As unidades escolares selecionadas e aprovadas pela comunidade escolar para implantar o programa no ano letivo seguinte não poderão - olhe só - ofertar ensino noturno”.

O governo vai implantar escola cívico-militar nas regiões mais vulneráveis, mais pobres, onde os alunos mais precisam do curso noturno, Sr. Presidente. Então o próprio projeto já exclui; não vai ter retorno na escola cívico-militar. Ou seja, é uma farsa de ponta a ponta esse PLC.

Ele exclui também aqui a EJA - Educação de Jovens e Adultos. Nós temos milhares de pessoas querendo estudar no período noturno, sobretudo na área do Ensino Médio. Então nessa escola cívico-militar não haverá EJA, porque não haverá o ensino noturno, nem o regular e nem EJA.

Isso aqui é um absurdo, uma contradição enorme, Sr. Presidente, esse projeto de lei, em todos os níveis. É um projeto autoritário, excludente, que criminaliza a pobreza, que ataca os princípios básicos da LDB, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. É um absurdo o projeto. Ele não traz nenhum benefício para a Educação e cria mais uma divisão na rede estadual.

Nós temos as escolas regulares, escola PEI, agora vai ter escola cívico-militar. Ele vai contratar aqui militares da reserva e não sei se eles terão... Porque ele nem chama de professor e o próprio projeto reconhece aqui que eles não serão enquadrados como profissionais da Educação. Olhe a gravidade da situação! Não diz o número, isso ficará a critério da Secretaria da Educação.

Está aqui: A quantidade de monitores será estabelecida em resolução do Secretário da Educação; as atividades dos monitores das unidades escolares serão coordenadas pelo grupo de coordenadores policiais militares, Sr. Presidente.

Olhe, aí depois ele diz que eles não são professores aqui. Olhe só: Os policiais militares da reserva que atuarem nas escolas estaduais sob o modelo cívico-militar não serão considerados para quaisquer fins como profissionais da Educação básica, nos termos aqui da LDB.

Ele cita a LDB, a Lei nº 9.394. Não serão professores. Olha só, Sr. Presidente, ele vai criar dois núcleos, um núcleo civil e um núcleo militar, dentro da escola. Então, vai ser uma confusão geral, Sr. Presidente.

Eu digo: escola não é quartel. O lugar da polícia é combatendo o crime e não dentro da escola. Dentro da escola, nós temos que ter professores, professoras, Sr. Presidente, e agentes de organização escolar. Parece-me que ele vai dar uma função a esses policiais da reserva de bedéis de luxo. É um bedel de luxo na escola. Parece-me que é isso o que vai acontecer.

No entanto, Sr. Presidente, se é isso, o governo tinha que contratar, chamar os aprovados no concurso de agente de organização escolar, e abrir novos concursos também nessa área, porque não temos o módulo completo desses importantes servidores na maioria das escolas da rede estadual.

Eu tenho denunciado exaustivamente. As escolas estão sem funcionários em todo o estado de São Paulo. Isso já ajudaria bastante. Mas, não, o governo vai desviar dinheiro da Educação para pagar militares e, provavelmente, sem formação, porque não é exigida aqui a formação. Eles nem serão considerados professores, Sr. Presidente.

Então, é grave isso. Nós vamos resistir aqui com energia, veementemente contra a aprovação desse PLC 09, que é uma afronta ao Magistério e à Educação. É um projeto, repito, autoritário e excludente, que criminaliza ainda mais a pobreza e ataca o Magistério, desrespeita os professores e os gestores das escolas.

Está aí, o governador. Só finalizo com a matéria da “Folha de S. Paulo”, em que ele diz que vai... Machado, pode colocar para nós a matéria da “Folha”? Só quero encerrar lá.

“Tarcísio propõe pagar mais para PM do que para professores nas escolas cívico-militar”. Nada contra os militares, que têm importância, devem ganhar bem, mas não nas escolas, e sim, nas funções que eles vão exercer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Seguindo na lista de oradores, próximo orador, deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente, deputado Reis, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu quero, neste Dia Internacional da Mulher, também como fez o deputado Reis, ressaltar as dificuldades que têm tido as mulheres no Brasil, que registra 10 mil casos de feminicídio nos últimos nove anos.

Em 2023, o número de vítimas foi o maior desde a lei de 2015 sobre o crime. Ao menos 10.655 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil de março de 2015, quando a lei sobre o crime foi criada, a 2023. Diz o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Para a entidade, os números poderiam ser maiores, pois houve subnotificação nos primeiros anos. O crime de feminicídio é o assassinato cometido por razões de gênero quando envolve violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Os dados do estudo são de boletins de ocorrência das polícias dos estados e do Distrito Federal. Segundo o Fórum, o ano passado registrou o maior número desse tipo de crime, 1.463 mulheres assassinadas. O que representa uma taxa de 1,4 vítimas para cada 100 mil habitantes.

Na análise por região, o centro-oeste tem o maior índice, duas mortes por grupo de 100 mil. Pesquisa do Instituto Sou da Paz aponta que metade das mulheres assassinadas no Brasil, em 2022, foi por arma de fogo.